



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 057/2025-SEMSA CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N.º 004/2025 – SEMSA PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2.139/2025-SEMSA

INSTRUMENTO DE CONTRATO NOS TERMOS DA CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO N.º 004/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTARÉM, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA **TAPAJOS DIAGNOSTICOS LTDA**, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

MUNICÍPIO DE SANTARÉM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o no. 17.556.659/0001-21, com sede e foro na cidade de Santarém, Estado do Pará, à Avenida Mendonça Furtado, nº 2440, Bairro Aldeia, neste ato representada pela Secretário Municipal de Saúde, **EVERALDO DE SOUZA MARTINS FILHO**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Maracangalha, 201, Bairro Sale, CEP: 68040-250, titular do CPF nº 104.295.062-87 e cédula de identidade RG nº 1808620 PC/PA, segundo o Decreto nº 010/2025 - GAP/PMS, de 01 de Janeiro de 2025, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **TAPAJOS DIAGNOSTICOS LTDA**, inscrição no CNPJ/MF: **08.008.051/0001-71 Endereço: TV Silvino Pinto , Nº 626 Tel./Fax: 93 981204157 | E-mail: anaregostm@hotmail.com CEP: 68005-444 Cidade: Santarém UF: Pará | Dados Bancários: Banco: SICREDI Agência: 0818 c/c: 36666-6, neste ato representado por Tayane Katrine Pereira Guedes de Albuquerque, CPF/MF: 006.683.412-03, RG nº 5571038 Expedido por: PC/PA, Endereço: Rua Anchieta, nº 1048 CEP:68010-110 Naturalidade: Santarém-PA, doravante denominada **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2.139/2025-SEMSA e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N.º 004/2025– SEMSA, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Instrumento tem por objeto **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ROTINA E ESPECIALIZADOS PARA O NÚCLEO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SANTARÉM**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital;

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital de Credenciamento, identificado no preâmbulo à proposta credenciada, independentemente de transcrição;

1.3 Discriminação do objeto:

ITEM	SERVIÇO	APRES.	QTD	VL UNIT	VALOR TOTAL
1	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	TESTE	40	R\$ 22,57	R\$ 902,80
2	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	TESTE	296	R\$ 27,42	R\$ 8.116,32
3	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	TESTE	1.500	R\$ 54,27	R\$ 81.405,00
4	DOSAGEM DE ACIDO URICO	TESTE	72.414	R\$ 14,11	R\$ 1.021.761,54
5	DOSAGEM DE ALDOLASE	TESTE	20	R\$ 28,53	R\$ 570,60
6	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	TESTE	38	R\$ 25,01	R\$ 950,38
7	DOSAGEM DE AMILASE	TESTE	480	R\$ 16,93	R\$ 8.126,40
8	DOSAGEM DE AMONIA	TESTE	180	R\$ 22,78	R\$ 4.100,40
9	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	TESTE	1.800	R\$ 18,35	R\$ 33.030,00
10	DOSAGEM DE CALCIO	TESTE	1.000	R\$ 15,93	R\$ 15.930,00
11	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	TESTE	480	R\$ 20,73	R\$ 9.950,40
12	DOSAGEM DE CLORETO	TESTE	120	R\$ 17,26	R\$ 2.071,20
13	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	TESTE	22.896	R\$ 19,57	R\$ 448.074,72
14	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	TESTE	26.496	R\$ 15,86	R\$ 420.226,56
15	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	TESTE	72.414	R\$ 16,04	R\$ 1.161.520,56
16	DOSAGEM DE CREATININA	TESTE	72.414	R\$ 15,71	R\$ 1.137.623,94



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

17	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	TESTE	420	R\$ 24,63	R\$ 10.344,60
18	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	TESTE	120	R\$ 30,93	R\$ 3.711,60
19	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	TESTE	710	R\$ 21,49	R\$ 15.257,90
20	DOSAGEM DE FERRITINA	TESTE	1.330	R\$ 30,54	R\$ 40.618,20
21	DOSAGEM DE FERRO SERICO	TESTE	1.328	R\$ 20,74	R\$ 27.542,72
22	DOSAGEM DE FOLATO	TESTE	165	R\$ 25,69	R\$ 4.238,85
23	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	TESTE	38	R\$ 23,25	R\$ 883,50
24	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	TESTE	2.167	R\$ 15,87	R\$ 34.390,29
25	DOSAGEM DE FOSFORO	TESTE	180	R\$ 16,89	R\$ 3.040,20
26	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	TESTE	2.040	R\$ 19,24	R\$ 39.249,60
27	DOSAGEM DE GLICOSE	TESTE	12.000	R\$ 13,22	R\$ 158.640,00
28	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	TESTE	120	R\$ 36,78	R\$ 4.413,60
29	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	TESTE	25.397	R\$ 24,87	R\$ 631.623,39
30	DOSAGEM DE LIPASE	TESTE	235	R\$ 20,05	R\$ 4.711,75
31	DOSAGEM DE MAGNESIO	TESTE	644	R\$ 16,19	R\$ 10.426,36
32	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	TESTE	38	R\$ 23,88	R\$ 907,44
33	DOSAGEM DE POTASSIO	TESTE	72.414	R\$ 16,75	R\$ 1.212.934,50
34	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	TESTE	840	R\$ 15,91	R\$ 13.364,40
35	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	TESTE	360	R\$ 20,57	R\$ 7.405,20
36	DOSAGEM DE SODIO	TESTE	8.624	R\$ 17,10	R\$ 147.470,40
37	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA(TGO)	TESTE	18.997	R\$ 16,67	R\$ 316.679,99
38	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	TESTE	18.997	R\$ 16,67	R\$ 316.679,99
39	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	TESTE	106	R\$ 22,29	R\$ 2.362,74
40	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	TESTE	72.414	R\$ 19,29	R\$ 1.396.866,06
41	DOSAGEM DE UREA	TESTE	20.294	R\$ 16,27	R\$ 330.183,38
42	DOSAGEM DE VITAMINA B12	TESTE	1.990	R\$ 28,20	R\$ 56.118,00
43	ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	TESTE	38	R\$ 38,04	R\$ 1.445,52
44	ELETROFORESE DE PROTEINAS	TESTE	275	R\$ 23,75	R\$ 6.531,25
45	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE	TESTE	15	R\$ 72,75	R\$ 1.091,25
46	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTES	TESTE	30	R\$ 61,01	R\$ 1.830,30
47	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	TESTE	6.000	R\$ 35,37	R\$ 212.220,00
48	CONTAGEM DE PLAQUETAS	TESTE	6.000	R\$ 16,13	R\$ 96.780,00
49	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	TESTE	102	R\$ 18,26	R\$ 1.862,52
50	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	TESTE	2.400	R\$ 17,71	R\$ 42.504,00
51	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO –DUKE	TESTE	2.400	R\$ 16,61	R\$ 39.864,00
52	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	TESTE	362	R\$ 20,62	R\$ 7.464,44
53	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	TESTE	240	R\$ 22,46	R\$ 5.390,40
54	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	TESTE	1.475	R\$ 23,45	R\$ 34.588,75
55	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	TESTE	2.400	R\$ 22,94	R\$ 55.056,00
56	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	TESTE	3.840	R\$ 14,49	R\$ 55.641,60
57	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	TESTE	38	R\$ 38,39	R\$ 1.458,82
58	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	TESTE	180	R\$ 16,41	R\$ 2.953,80
59	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	TESTE	2.000	R\$ 31,77	R\$ 63.540,00
60	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	TESTE	2.400	R\$ 17,48	R\$ 41.952,00
61	HEMATOCRITO	TESTE	120	R\$ 16,02	R\$ 1.922,40
62	HEMOGRAMA COMPLETO	TESTE	12.000	R\$ 20,92	R\$ 251.040,00
63	LEUCOGRAMA	TESTE	2.400	R\$ 15,80	R\$ 37.920,00
64	PESQUISA DE CELULAS LE	TESTE	40	R\$ 37,35	R\$ 1.494,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

65	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	TESTE	1.200	R\$ 18,01	R\$ 21.612,00
66	PROVA DO LACO	TESTE	1.800	R\$ 15,99	R\$ 28.782,00
67	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	TESTE	100	R\$ 27,56	R\$ 2.756,00
68	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	TESTE	100	R\$ 26,15	R\$ 2.615,00
69	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	TESTE	180	R\$ 20,28	R\$ 3.650,40
70	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	TESTE	420	R\$ 26,86	R\$ 11.281,20
71	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	TESTE	63	R\$ 33,64	R\$ 2.119,32
72	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	TESTE	5.817	R\$ 35,29	R\$ 205.281,93
73	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	TESTE	82	R\$ 23,36	R\$ 1.915,52
74	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	TESTE	96	R\$ 25,03	R\$ 2.402,88
75	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	TESTE	160	R\$ 24,72	R\$ 3.955,20
76	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	TESTE	6.236	R\$ 19,11	R\$ 119.169,96
77	IMUNOELETRFORESE DE PROTEINAS	TESTE	65	R\$ 102,33	R\$ 6.651,45
78	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	TESTE	45	R\$ 36,75	R\$ 1.653,75
79	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	TESTE	45	R\$ 34,50	R\$ 1.552,50
80	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	TESTE	45	R\$ 23,75	R\$ 1.068,75
81	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	TESTE	12.000	R\$ 34,67	R\$ 416.040,00
82	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	TESTE	6.000	R\$ 38,67	R\$ 232.020,00
83	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	TESTE	10	R\$ 29,56	R\$ 295,60
84	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	TESTE	40	R\$ 27,29	R\$ 1.091,60
85	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	TESTE	40	R\$ 29,02	R\$ 1.160,80
86	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	TESTE	40	R\$ 27,77	R\$ 1.110,80
87	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	TESTE	38	R\$ 27,85	R\$ 1.058,30
88	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	TESTE	2.400	R\$ 26,79	R\$ 64.296,00
89	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	TESTE	12	R\$ 48,06	R\$ 576,72
90	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	TESTE	385	R\$ 31,01	R\$ 11.938,85
91	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	TESTE	1.576	R\$ 38,08	R\$ 60.014,08
92	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	TESTE	40	R\$ 31,55	R\$ 1.262,00
93	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	TESTE	2.640	R\$ 26,16	R\$ 69.062,40
94	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	TESTE	2.400	R\$ 28,84	R\$ 69.216,00
95	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	TESTE	6.000	R\$ 34,57	R\$ 207.420,00
96	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	TESTE	6.000	R\$ 26,85	R\$ 161.100,00
97	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	TESTE	6.000	R\$ 30,31	R\$ 181.860,00
98	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	TESTE	112	R\$ 27,59	R\$ 3.090,08
99	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGG)	TESTE	2.400	R\$ 141,32	R\$ 339.168,00
100	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	TESTE	660	R\$ 211,27	R\$ 139.438,20
101	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	TESTE	1.100	R\$ 29,62	R\$ 32.582,00
102	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	TESTE	6.000	R\$ 30,72	R\$ 184.320,00
103	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	TESTE	25	R\$ 54,93	R\$ 1.373,25
104	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	TESTE	140	R\$ 36,21	R\$ 5.069,40
105	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	TESTE	240	R\$ 28,72	R\$ 6.892,80
106	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	TESTE	6.000	R\$ 32,78	R\$ 196.680,00
107	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	TESTE	6.000	R\$ 33,41	R\$ 200.460,00
108	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	TESTE	108	R\$ 32,46	R\$ 3.505,68
109	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL	TESTE	2.400	R\$ 30,99	R\$ 74.376,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

	DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)				
110	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	TESTE	38	R\$ 349,97	R\$ 13.298,86
111	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	TESTE	1.080	R\$ 29,04	R\$ 31.363,20
112	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	TESTE	5.400	R\$ 31,18	R\$ 168.372,00
113	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	TESTE	120	R\$ 34,37	R\$ 4.124,40
114	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	TESTE	240	R\$ 28,88	R\$ 6.931,20
115	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	TESTE	55	R\$ 39,12	R\$ 2.151,60
116	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	TESTE	6.000	R\$ 28,55	R\$ 171.300,00
117	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	TESTE	2.400	R\$ 27,20	R\$ 65.280,00
118	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	TESTE	50	R\$ 20,98	R\$ 1.049,00
119	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-	TESTE	240	R\$ 33,39	R\$ 8.013,60
120	TESTE DE VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	TESTE	6.000	R\$ 19,82	R\$ 118.920,00
121	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	TESTE	1.500	R\$ 23,28	R\$ 34.920,00
122	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	TESTE	1.500	R\$ 25,79	R\$ 38.685,00
123	VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE	TESTE	6.000	R\$ 25,48	R\$ 152.880,00
124	DOSAGEM DE TROPONINA	TESTE	38	R\$ 32,52	R\$ 1.235,76
125	PESQUISA DE GORDURA FECAL	TESTE	38	R\$ 27,32	R\$ 1.038,16
126	PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	TESTE	62	R\$ 58,87	R\$ 3.649,94
127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	TESTE	22.800	R\$ 16,20	R\$ 369.360,00
128	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	TESTE	38	R\$ 33,20	R\$ 1.261,60
129	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	TESTE	2.466	R\$ 31,79	R\$ 78.394,14
130	PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	TESTE	38	R\$ 18,47	R\$ 701,86
131	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	TESTE	90.414	R\$ 16,36	R\$ 1.479.173,04
132	CLEARANCE DE CREATININA	TESTE	6.477	R\$ 22,67	R\$ 146.833,59
133	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	TESTE	6.477	R\$ 28,72	R\$ 186.019,44
134	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	TESTE	1.000	R\$ 20,34	R\$ 20.340,00
135	DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE (T4L)	TESTE	2.500	R\$ 30,22	R\$ 75.550,00
136	DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	TESTE	360	R\$ 57,15	R\$ 20.574,00
137	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	TESTE	38	R\$ 38,53	R\$ 1.464,14
138	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	TESTE	38	R\$ 37,21	R\$ 1.413,98
139	DOSAGEM DE CORTISOL	TESTE	720	R\$ 28,85	R\$ 20.772,00
140	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	TESTE	180	R\$ 33,10	R\$ 5.958,00
141	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	TESTE	65	R\$ 43,09	R\$ 2.800,85
142	DOSAGEM DE ESTRADIOL	TESTE	775	R\$ 30,43	R\$ 23.583,25
143	DOSAGEM DE ESTRIOL	TESTE	233	R\$ 44,33	R\$ 10.328,89
144	DOSAGEM DE ESTRONA	TESTE	296	R\$ 60,38	R\$ 17.872,48
145	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	TESTE	3.360	R\$ 26,72	R\$ 89.779,20
146	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	TESTE	38	R\$ 38,79	R\$ 1.474,02
147	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	TESTE	1.291	R\$ 25,91	R\$ 33.449,81
148	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	TESTE	1.009	R\$ 24,35	R\$ 24.569,15
149	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	TESTE	13.721	R\$ 26,00	R\$ 356.746,00
150	DOSAGEM DE INSULINA	TESTE	720	R\$ 24,32	R\$ 17.510,40
151	DOSAGEM DE PARATORMONIO	TESTE	160	R\$ 45,69	R\$ 7.310,40
152	DOSAGEM DE PEPTIDEO C	TESTE	98	R\$ 33,30	R\$ 3.263,40
153	DOSAGEM DE PROGESTERONA	TESTE	720	R\$ 29,90	R\$ 21.528,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

154	DOSAGEM DE PROLACTINA	TESTE	600	R\$ 28,70	R\$ 17.220,00
155	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	TESTE	98	R\$ 67,37	R\$ 6.602,26
156	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	TESTE	480	R\$ 30,66	R\$ 14.716,80
157	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	TESTE	120	R\$ 35,23	R\$ 4.227,60
158	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	TESTE	40	R\$ 34,76	R\$ 1.390,40
159	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	TESTE	2.239	R\$ 25,23	R\$ 56.489,97
160	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	TESTE	6.627	R\$ 26,56	R\$ 176.013,12
161	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	TESTE	1.800	R\$ 24,39	R\$ 43.902,00
162	DOSAGEM DE ALUMINIO	TESTE	145	R\$ 43,90	R\$ 6.365,50
163	DOSAGEM DE CHUMBO	TESTE	180	R\$ 31,35	R\$ 5.643,00
164	DOSAGEM DE LITIO	TESTE	195	R\$ 25,37	R\$ 4.947,15
165	DOSAGEM DE ZINCO	TESTE	73	R\$ 34,84	R\$ 2.543,32
166	ANTIBIOGRAMA	TESTE	12.000	R\$ 35,16	R\$ 421.920,00
167	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS	TESTE	1.200	R\$ 114,30	R\$ 137.160,00
168	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	TESTE	240	R\$ 20,00	R\$ 4.800,00
169	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSEIASE)	TESTE	60	R\$ 54,16	R\$ 3.249,60
170	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	TESTE	720	R\$ 20,00	R\$ 14.400,00
171	BACTEROSCOPIA (GRAM)	TESTE	1.200	R\$ 22,40	R\$ 26.880,00
172	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	TESTE	12.000	R\$ 57,78	R\$ 693.360,00
173	CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	TESTE	2.400	R\$ 65,53	R\$ 157.272,00
174	CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	TESTE	240	R\$ 60,75	R\$ 14.580,00
175	EXAME MICROBIOLÓGICO A FRESCO (DIRETO)	TESTE	720	R\$ 29,32	R\$ 21.110,40
176	HEMOCULTURA	TESTE	40	R\$ 74,55	R\$ 2.982,00
177	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	TESTE	3.000	R\$ 25,61	R\$ 76.830,00
178	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	TESTE	6.000	R\$ 26,39	R\$ 158.340,00
179	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	TESTE	6.000	R\$ 17,25	R\$ 103.500,00
180	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	TESTE	6.000	R\$ 28,11	R\$ 168.660,00
181	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMOIDIOS	TESTE	40	R\$ 123,85	R\$ 4.954,00
182	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	TESTE	25	R\$ 55,20	R\$ 1.380,00
183	DOSAGEM DE ANTIGENO CA 125	TESTE	80	R\$ 34,68	R\$ 2.774,40
184	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	TESTE	10	R\$ 14,41	R\$ 144,10
185	DOSAGEM DE CALCITONINA	TESTE	10	R\$ 36,08	R\$ 360,80
186	DOSAGEM DE MERCURIO	TESTE	30	R\$ 31,51	R\$ 945,30
187	ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	TESTE	30	R\$ 36,57	R\$ 1.097,10
188	PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUIÇÃO	TESTE	700	R\$ 68,40	R\$ 47.880,00
189	DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	TESTE	300	R\$ 62,66	R\$ 18.798,00
190	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APÓS TRH	TESTE	50	R\$ 140,16	R\$ 7.008,00
191	TESTE DE AVIDEZ	TESTE	2.000	R\$ 113,95	R\$ 227.900,00
192	DOSAGEM DE LACTATO	TESTE	2.000	R\$ 25,05	R\$ 50.100,00
193	TESTE DE CLORETO NO SUOR	TESTE	24	R\$ 500,00	R\$ 12.000,00
					R\$ 19.753.614,13

1.3.1. A despesa total da contratação é de R\$ 19.753.614,13 (dezenove milhões e setecentos e cinquenta e três mil e seiscentos e quatorze reais e treze centavos);

1.4 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1 O Termo de Referência;

1.4.2 A Documentação de Habilitação e Proposta de Preços do contratado;

1.4.3 Autorização de Contratação;

1.4.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

- 3.5. O prazo de vigência e execução do contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo no termo do art. 107 da Lei de Licitações e Contratos 14.133/21;
- 3.6. O prazo do Credenciamento terá validade de 12 meses;
- 3.7. Responsabilidade de entregar os resultados (exames) nas Unidades básicas de Saúde, dentro de prazo estabelecido: Exame de rotina e exames especializados em até 5 dias, ficando o laboratório responsável pelo fornecimento e manutenção de insumos necessários para a coleta, identificação, registro, armazenamento e transporte das amostras em conformidade com as normas técnicas estabelecidas. E em caso de descumprimento deste prazo o licitante/contratante estará passível de sanções administrativas. O Serviço deverá executar nas dependências do laboratório da empresa contratada conforme especificação descrita nos itens necessários, sendo a quantidade definida conforme a demanda dos procedimentos.
- 3.8. Do horário e obrigações específicas:
- * Horário de coleta nas unidades: 07:00 as 09:00 h.
 - * Horário de Rota para recebimentos das Coletas pelos laboratórios: 09:00 as 10:30 h.
- 3.8. O prazo de início da execução do objeto da licitação será imediato, contados a partir da ordem de serviço emitida pelo setor competente da Secretaria Municipal de Saúde;
- 3.9. Os serviços deverão ser prestados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Termo de Referência, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais;
- 3.10. O Contratado terá o prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação;
- 3.11. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato ou do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do contratado, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no mesmo prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- 3.12. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado pelo Contratado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTARÉM.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Condições de execução

- 8.1 O prazo de início de execução do objeto será de imediato, contados do recebimento da Requisição expedida pelo Setor Responsável da SEMSA. E em caso de descumprimento deste prazo o licitante/contratante estará passível de sanções administrativas;
- 8.2 A prestação do serviço será rigorosamente de acordo com as especificações da respectiva proposta e do Termo de Referência, de acordo com a requisição expedida pelo Setor Responsável da SEMSA que indicará as especificações e demais informações necessárias;
- 8.3 A cidade de Santarém, situa-se a 2º 24" 52" de latitude sul e 54º 42" 36" de longitude oeste, na região do oeste paraense, na mesma região do Baixo Amazonas, na microrregião de Santarém e localiza-se na margem direita do rio Tapajós, na sua confluência com o rio Amazonas;
- 8.4 Aceito prestação do serviço, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento;
- 8.5 Não aceito o serviço, será comunicado à empresa, para que proceda o respectivo e imediato refazimento, para que se possa adequar o solicitado com o cotado com o efetivamente entregue, de forma a atender àquilo que efetivamente se pretendia adquirir;
- 8.6 Durante o recebimento, o contratante poderá exigir a substituição de qualquer do (s) bem (s) ou serviço que não esteja de acordo com a(s) especificação(ões) contidas neste termo, sem qualquer ônus para a administração pública.

Modelo de Gestão de Contrato

- 3.13. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 3.14. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 3.15. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

3.16. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

3.17. O Órgão solicitante do presente processo de contratação deverá designar o (s) servidor (es) para exercer a função de fiscal de contrato, observando as seguintes diretrizes:

3.11.1. *Expedição de portaria de designação específica ou outro instrumento equivalente para a nomeação/designação dos representantes, constando do ato as atribuições do fiscal, e compatibilidade da formação acadêmica do servidor com o contrato fiscalizado.*

3.11.2. **GESTOR:**..... **FISCAL:**..... **SUPLENTE:**.....

3.11.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei nº 14.133, de 2021;

3.18. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

8.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.2 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

8.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

8.6 O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

8.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

8.8 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);

8.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

8.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

8.11 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

8.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

8.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

8.14 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

8.15 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, salvo, previa solicitação;

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total do contrato será de **R\$ 19.753.614,13 (dezenove milhões e setecentos e cinquenta e três mil e seiscentos e quatorze reais e treze centavos)**.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais.

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

6.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 20(vinte) dias úteis;

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

6.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

Liquidação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

6.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

6.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.13. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

6.14. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

6.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

6.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação;

Prazo de Pagamento

6.18. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até 30 (TRINTA) DIAS após a emissão da Nota Fiscal, mediante atesto dos materiais e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, através de crédito na conta bancária do fornecedor, acompanhado da seguinte documentação;

6.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária;

Forma de Pagamento

6.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado;

6.20.1. DADOS BANCÁRIOS: **Banco: SICREDI Agência: 0818 c/c: 36666-6**

6.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

6.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

Cessão de Crédito

6.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico;

6.25. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante;

6.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

6.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

6.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração;

6.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada e aprovação da contratante, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

9.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.9 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

9.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

9.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

9.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.8.1. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer profissional da equipe que esteja prestando serviços;

3.8.2. Nos casos de desligamento ou recolhimento de colaborador, a CONTRATADA se compromete no prazo de 10 (dez) dias a repor o quadro com efetivo, porém sua cobertura neste período será realizada pela reserva técnica da CONTRATADA;

3.8.3. Caberá à CONTRATADA manter quadro de pessoal suficiente e qualificado para atendimento dos serviços, conforme previsto no Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão nenhuma relação com a CONTRATANTE;

3.8.4. Durante a execução do contrato a CONTRATADA obriga-se a adotar todas as preocupações e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus funcionários, seus prepostos e a terceiros, pelos quais será integralmente responsável;

3.8.5. Zelar pelas boas práticas sanitárias e demais normas instituídas por órgãos regulatórios;

3.8.6. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) deverá obrigatoriamente ser recolhido no Município de Santarém, local da prestação dos serviços objeto deste contrato;

3.8.7. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;

3.8.8. Comprovar ao CONTRATANTE o cumprimento de todas as obrigações descritas no termo de referência, através de cópias das guias de recolhimento que serão entregues junto com a nota fiscal;

3.8.9. Caso a CONTRATADA julgue necessário fazer alterações ou complementações nas rotinas de execução de serviços, deverá submeter o assunto ao CONTRATANTE;

3.8.10. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados;

3.8.11. Atender a qualquer solicitação de fiscalização interna e/ou externa, tais como: Fiscais do Trabalho, Fisco Municipal, Estadual e Federal; TCE, TCU e demais órgãos de fiscalização e apresentar, sempre que solicitado, a documentação relativa à regularidade fiscal da Empresa, correspondente as Certidões de Regularidade Fiscal Municipal, Estadual, Federal, Trabalhista, FGTS e demais documentos de habilitação e qualificação exigidas na Lei e no curso do procedimento de contratação;

3.8.12. Executar os serviços através de funcionários devidamente qualificados;

3.8.13. Prestar os serviços constantes do objeto do presente termo de referência, sempre em observância das disposições da legislação vigente;

3.8.14. A CONTRATADA será obrigada a manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Termo de Referência, sem prejuízo das demais obrigações previstas;

3.8.15. Propiciar ao CONTRATANTE todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços;

3.8.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de catorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.8.17. A CONTRATADA deverá manter preposto aprovado pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

3.8.18. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às notas fiscais, bem como dos serviços prestados;

3.8.19. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a efetivação do contrato de trabalho, recolhimento de impostos e demais responsabilidades trabalhistas;

3.8.20. A Contratada que porventura não estiver estabelecida no Município de Santarém é obrigada a abrir filial em até 90 (noventa) dias da assinatura do Contrato;

3.8.21. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante, cujas obrigações é atender prontamente;

3.8.22. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos, ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

3.8.23. EXAMES LABORATORIAIS DE ROTINA E ESPECIALIZADOS:

9.23.1. O laboratório responsável de coletar e recolher as amostras nas Unidades Básicas de Saúde de Santarém, de acordo com o agendamento e reguladas pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA);

9.23.2. O laboratório responsável pelo fornecimento e manutenção de insumos necessários para a coleta, identificação, registro, armazenamento e transporte das amostras em conformidade com as normas técnicas estabelecidas;

9.23.3. Responsabilidade em realizar todos os exames listados na tabela SUS, conforme teto físico e financeiro estabelecido;

9.23.4. Responsabilidade de entregar os resultados (laudos) nas Unidades Básicas de Saúde, dentro do prazo estabelecido: Exames de rotina e exames especializados em até 5 dias;

9.23.5. O laboratório responsável em armazenar e transportar as amostras coletadas das Unidades Básica de Saúde até o laboratório diariamente, em conformidade com as normas técnicas estabelecidas;

9.23.6. O laboratório responsável pelo fornecimento e manutenção de insumos necessários para a coleta, identificação, registro, armazenamento e transporte das amostras e emissão de resultados (laudos);

9.23.7. O laboratório responsável em realizar todos os exames listados na tabela SUS, conforme teto físico e financeiro estabelecido;

9.23.8. O laboratório responsável em enviar a produção mensal (Relatório com discriminação de teto físico e financeiro e apresentação das requisições dos exames processados) ao DASES, até o 5º dia útil do mês subsequente;

9.23.9. O laboratório responsável a apresentação de Alvará de funcionamento e controle qualidade emitidos por serviço de referência;

9.23.10. O laboratório responsável em contratar em caso de necessidade laboratoriais terceirizados para realização de exames não realizados em suas dependências, estipulados dentro da tabela SUS, assumindo este, as responsabilidades trabalhistas e contratuais;

9.34.1. EXAME DE BACILOSCOPIA DE ESCARRO

9.24.1. Devem processar a amostra de escarro no mesmo dia de recebimento, tendo ainda como prazo máximo para liberação do resultado em até 24 horas;

9.24.2. Devem implantar o Sistema de Gerenciador de Ambiente laboratorial (GAL), visando a melhora na qualidade dos diagnósticos, agilidade na divulgação dos resultados para um diagnóstico precoce e início de tratamento em tempo hábil e ainda criação de um histórico de cada paciente e;

9.24.3. Deve garantir os coletores de escarro nos postos de coleta do município; A prestação do serviço objeto da licitação será parcelado e rigorosamente de acordo com as especificações da respectiva proposta e do Termo de Referência, de acordo com a requisição expedida pelo Setor Responsável da SEMSA que indicará as especificações e demais informações necessárias;

9.24.4. O local de prestação de serviços será regulado pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, sendo definido horário e local da coleta; Todo o insumo necessário para a coleta dos materiais biológicos será de responsabilidade da CONTRATADA, materiais esses de coleta, conforme padrão preconizado pelas boas práticas laboratoriais, incluindo treinamento de implantação e educação continuada;

9.24.5. Os insumos para a realização dos exames deverão estar registrados no órgão competente, ANVISA. A cidade de Santarém, situa-se a 2º 24" 52" de latitude sul e 54º 42" 36" de longitude oeste, na região do oeste paraense, na mesma região do Baixo Amazonas, na microrregião de Santarém e localiza-se na margem direita do rio Tapajós, na sua confluência com o rio Amazonas; É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Pregão Eletrônico Aceito a entrega, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

9.24.6. Não aceito o bem entregue, será comunicado a empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, para que se possa adequar o solicitado com o cotado com o efetivamente entregue, de forma a atender aquilo que efetivamente se pretendia adquirir;

9.24.7. Os Serviços solicitados deverão está de acordo com a descrição solicitada;

9.24.8. A Empresa deverá ter o comprometimento na observância da qualidade desses serviços bem como no prazo da entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

1. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;
2. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
3. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10.301.0005.2096 – MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO EM ATENÇÃO BÁSICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FICHA: 780 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00
FONTE: 1.500 (TESOURO)**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10.301.0005.2096 – MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO EM ATENÇÃO BÁSICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FICHA: 781 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00
FONTE: 1.621 (ESTADUAL)**

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10.301.0005.2096 – MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO EM



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21

AV MENDONÇA FURTADO, 2440 – BAIRRO: ALDEIA- CEP: 68040-050 – FONE: 2101

ATENÇÃO BÁSICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FICHA: 782 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00

FONTE: 1.600 (FEDERAL)

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no sítio oficial da Prefeitura de Santarém: www.santarem.pa.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça do Estado do Pará, Comarca de Santarém para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santarém-PA, 22 de agosto de 2025.

CONTRATANTE
EVERALDO DE SOUZA MARTINS FILHO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 010/2025 - GAP/PMS

CONTRATADA
TAPAJOS DIAGNOSTICOS LTDA CNPJ:
08.008.051/0001-71
TAYANE KATRINE PEREIRA GUEDES DE
ALBUQUERQUE CPF: 006.683.412-03

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF: